

O PASSADO NO PRESENTE: HISTÓRIA DA PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO EXTERIOR

Diego Barbosa da Silva (UERJ)
vsjd@uol.com.br

1. Introdução

Neste artigo propomos apresentar a história da promoção da língua portuguesa no exterior. Não consideramos, aqui, no entanto, apesar de sua extrema importância para esta análise o período de colonização linguística dos séculos XIV ao XIX, pois acreditamos que a difusão da língua durante a fase do colonialismo está relacionada mais a aspectos civilizatórios e exploratórios para os europeus, baseados numa superioridade europeia e uma inferioridade dos demais povos nos outros continentes, a uma questão de promoção do Estado nacional e de diplomacia cultural. Ambos, porém, dizem respeito a relações de poder entre povos de diferentes culturas.

Nosso tema, quanto política linguística, não é de fácil compreensão. Pelo contrário, é complexo, na medida em que envolve diversos atores entre eles Estados de língua oficial portuguesa, os demais Estados, instituições políticas nacionais, organizações internacionais, de certa forma a sociedade civil organizada, a opinião popular e até mesmo empresas privadas com interesses econômicos distintos nesse processo.

Por isso mesmo, ao final do artigo apresentamos um quadro cronológico a fim de demonstrar que as políticas de promoção da língua portuguesa tanto do Brasil, de Portugal e dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) não são fatos separados, mas se sobrepõem, se entrelaçam, ressoando sempre de um lado ao outro do oceano.

Analisaremos assim, as iniciativas dos três principais atores da difusão da língua portuguesa atualmente: Portugal, Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. *O pioneirismo francês*

A França é mencionada como a pioneira na promoção da cultura no exterior. A política linguística do estado francês a nível mundial, iniciou-se séculos atrás com os subsídios que Luís XIII (1601-1643, rei desde 1610) e Luís XIV (1638-1715, rei desde 1643) concediam às entidades religiosas para a promoção da cultura e da língua nas suas missões pelo mundo e posteriormente ao apoio dado à Aliança Francesa, a partir de sua criação em 1883 (RIBEIRO, 1989; CALVET, 2007; SILVA, 2008). Sem dúvidas, a França foi o primeiro país a promover a sua língua no exterior sem estar relacionado diretamente ao colonialismo no final do século XIX.

Em 1910 foi criado no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) francês, uma divisão para a promoção da língua e cultura francesas no exterior. Segundo Telles Ribeiro (1989, p. 54), já no pós Primeira Guerra Mundial, 36% do orçamento do MNE tinha essa finalidade e em 1987 alcançou a cifra de 50%. Toda essa política francesa de promoção da cultura e língua está marcada pela tentativa de recuperar o prestígio que a França vem crescentemente perdendo desde a Guerra dos Sete Anos, passando pelo Tratado de Versalhes e pela Segunda Guerra Mundial¹.

3. *Portugal*

Seguindo o pioneirismo francês, Portugal criou em 1921, o primeiro leitorado, na Universidade de Rennes. Seguiram-se a criação de leitorados também em universidades na Alemanha, Itália e Reino Unido. A partir de 1929, com a criação da Junta da Educação Nacional, os leitorados passaram à sua responsabilidade e coordenação.

¹A Guerra dos Sete Anos (1756-1763) foi um conflito internacional entre a Grã-Bretanha, Prússia, Portugal e aliados contra a França, Áustria, Espanha, Rússia e aliados, pela posse de territórios na Europa e pelo controle comercial e marítimo das colônias nas Índias e na América do Norte. Já o Tratado de Versalhes representa um marco simbólico da perda de influência da França e da língua francesa no cenário político e diplomático, pois foi o primeiro a ser redigido também em inglês, a pedido do presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson (1912-1921) (CALVET, 2007).

[A Junta] surgia como um organismo permanente e autónomo, integrado no Ministério da Instrução Pública. Como missão, são-lhe cometidas as funções, entre outras, de: fundar, melhorar ou subsidiar instituições destinadas a trabalhos de investigação e propaganda científica, organizar e fiscalizar um serviço de bolsas de estudo; promover o intercâmbio cultural, a expansão da cultura portuguesa... (IC, 2010)

A Junta foi sucedida pelo Instituto para a Alta Cultura (1936-1952), depois Instituto de Alta Cultura (1952-1976) e Instituto de Cultura Portuguesa (1976-1980) e Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (1980-1992), para finalmente dar lugar à criação do Instituto Camões em 1992.

O Instituto Camões (IC) criado no âmbito do Ministério da Educação e Ciência, em 1994 passou a ser subordinado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre seus objetivos e competências estão

a) difusão da língua e cultura portuguesa; b) promover o Português como língua de comunicação internacional; c) supervisionar a atividade dos centros culturais portugueses no estrangeiro; d) conceber, desenvolver e gerir a rede de leitores e professores de língua e cultura portuguesa; e) promover e apoiar o ensino básico e secundário de português no estrangeiro; f) coordenar a participação portuguesa em eventos culturais no estrangeiro; g) conceder bolsas e subsídios a cidadãos nacionais e estrangeiros para o apoio ao ensino e difusão da língua e cultura portuguesa; h) participar em atividades de organizações internacionais; i) apoio à edição de textos de difusão da língua e cultura portuguesa no estrangeiro (IC, 2010).

Além dessas a partir de 2007, com o novo regimento do IC, são acrescentados:

j) coordenação da rede de docência do português no estrangeiro ao nível do ensino básico e secundário num futuro próximo; k) estabelecer programas de apoio à criação de departamentos de português em Universidades estrangeiras e à contratação local de docente; l) desenvolver sistemas de avaliação e certificação de competências pedagógico-didáticas de ensino do português, em articulação com Universidades portuguesas e estrangeiras; m) promover e coordenar cursos de língua portuguesa e outros conteúdos culturais, recorrendo, quando necessário, a novas plataformas tecnológicas (IC, 2010).

O Instituto Camões atualmente (2010) apresenta 59 Centros de Cultura e Língua Portuguesa espalhados por 35 países: África do Sul, Alemanha, Argentina, Áustria, Bélgica, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, Etiópia, França, Hungria, Índia, Itália, Ja-

pão, Luxemburgo, Polónia, Marrocos, México, Moldávia, Namíbia, Nigéria, Reino Unido, República Tcheca, Romênia, Senegal, Suécia, Tailândia e Venezuela e em todos os países lusófonos. Além desses centros, o IC mantinha em 2009, 204 leitores (128 na Europa, 30 na África, 24 na Ásia, 21 na América e 1 na Oceania) em 63 países². As funções dos leitores, além do ensino de português em instituições universitárias, é a difusão e promoção da língua portuguesa em coordenação com os Centros Culturais e com as representações diplomáticas (Lei Orgânica do Instituto Camões - Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho, Artigo 20º; IC, 2010).

O governo português, ainda, criou por protocolo assinado em 2 de Março de 1999, – portanto depois do brasileiro Celpe-Bras – entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Educação, representados respectivamente pelo Instituto Camões e pelo Departamento de Educação Básica, e a Universidade de Lisboa, o Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE), responsável pelo exame de proficiência em PLE. O sistema de avaliação português apresenta cinco diplomas/níveis (inicial, elementar, intermédio, avançado e universitário) de certificação de PLE³.

4. *Brasil*

Já no Brasil, a promoção da língua portuguesa iniciou-se com a criação da Divisão de Cooperação Intelectual, em 1938, no âmbito do Ministério das Relações Exteriores, na gestão de Oswaldo Aranha, que resultou na fundação da primeira instituição no exterior para a difusão da cultura brasileira, em 1940, o Instituto Cultural Uru-guaio-Brasileiro, em Montevidéu.

² As funções dos leitores, além do ensino de português em instituições universitárias, é a difusão e promoção da língua portuguesa em coordenação com os Centros Culturais e com as representações diplomáticas (Lei Orgânica do Instituto Camões - Decreto-Lei n.º 170/97 de 5 de Julho, Artigo 20º; IC, 2010).

³ O governo francês criou o certificado de proficiência em língua francesa o DELF/DALF em 1985, o italiano o CELI em 1987 para língua italiana, o espanhol o DELE em 1988 para língua espanhola, o argentino o CELU em 2004, também para língua espanhola. O primeiro certificado de proficiência em inglês, foi ESOL Examinations da Universidade de Cambridge, criado em 1858. (Fonte: Sites dos exames de proficiência).

Tanto em Portugal quanto no Brasil, a difusão da cultura não foi um fato isolado, já que a partir do pioneirismo francês, diversos países criaram instituições com essa finalidade, nesse período: Alemanha (Deutschen Akademie em 1925); Reino Unido (Conselho Britânico em 1934) e Itália (Instituto Italiano de Cultura em 1940/1945).

O primeiro leitorado brasileiro, no entanto, só foi criado em 1965, na universidade de Toulouse (França) (PINHO, 2010). Daí por diante, a iniciativa brasileira pautou-se na manutenção, ou melhor, na tentativa de manutenção dos CEB e leitorados, sendo que à língua portuguesa não cabia o papel principal na divulgação da cultura brasileira, mas sim à música e à literatura.

Durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), os CEB foram privatizados. Tal fato comprova a falta de uma política de Estado para a difusão da língua portuguesa que só parece ser resolvida no Governo Lula. Assim, no lugar dos CEB's foram criados os Centros Culturais Brasileiros e os Institutos Culturais em diversos países, ligados ao Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. Ambos tem como missão o ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; a difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; a organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; a coedição e distribuição de textos de autores nacionais; a difusão de nossa música erudita e popular; a divulgação da cinematografia brasileira; além de palestras, seminários e outros. O que diferencia é que os primeiros são subordinados diretamente ao chefe da missão diplomática brasileira, enquanto que os segundo são entidades sem fins lucrativos de direito privado que, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas (MRE, 2010).

Atualmente, o Brasil apoia os Centros (privados) de Estudos Brasileiros em diversos países e mantém vinte e um Centros Culturais Brasileiros nos seguintes países: África do Sul, Angola, Bolívia, Cabo Verde, Chile, El Salvador, Espanha, Finlândia, Guiana, Guiné-Bissau, Haiti, Itália, México, Moçambique, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe e Suriname, e planeja implantar outros três: Guatemala, Timor Leste e Tuní-

sia. Além dos sete Institutos Culturais: Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José), Instituto Cultural Brasil Venezuela (Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevidéu) e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito). Segundo o diplomata brasileiro Leonardo Lott (2009) do Departamento Cultural do Itamaraty, esses centros e institutos já formaram 120 mil alunos em língua portuguesa brasileira.

O Brasil também tem ampliado significativamente o número de leitorados brasileiros em universidades estrangeiras, que eram 40 em 2006 (30 países), 45 em 2008 e atualmente 53 em 36 países. Os professores de língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras que atuam no exterior são selecionados anualmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e pelas instituições acadêmicas no exterior, para um período de dois anos, renovável por mais dois. Os leitorados brasileiros são coordenados pelo Departamento Cultural do MRE, que também coordena o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), que já trouxe para estudar nas universidades públicas brasileiras quatro mil estrangeiros, principalmente dos PALOP's (LOTT, 2009).

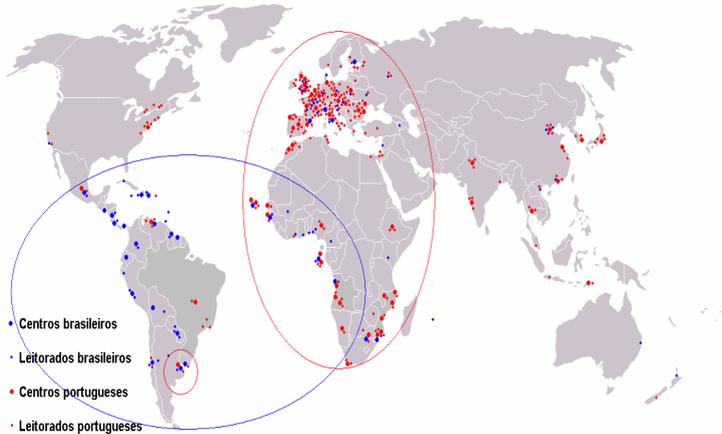
Além das iniciativas para a difusão da língua portuguesa mantidas pelo Departamento Cultural do MRE, o Ministério da Educação do Brasil, também apresenta políticas linguísticas voltadas para tal propósito, como o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), criado em 1994-1995; a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (Colip), criada em 2004-2007; a Universidade da Integração Luso-Afro-Brasileira (Unilab), fundada em 2010 na cidade cearense de Redenção e a TV Brasil Internacional, inaugurada em maio de 2010.

Para termos uma ideia da dimensão no exterior de parte dessas políticas, apresentamos o mapa abaixo. Ele ilustra nos pontos vermelhos, os locais onde o governo português mantém seus centros culturais e leitorados pelo mundo e nos pontos azuis os correspondentes brasileiros. O círculo vermelho marca a área prioritária de a-

tuação do Instituto Camões e o círculo azul a área prioritária do Itamaraty, atualmente. Dessa forma, é fácil observar o maior investimento português em comparação com o do governo brasileiro.

Nota-se também, que enquanto os centros e leitorados portugueses se concentram na Europa, os brasileiros estão principalmente localizados na América Latina, mas em menor quantidade. Essa concentração na Europa, provavelmente se explica pelo fato do português europeu ser língua oficial da União Europeia e pela política do bloco europeu de fazer com que cada cidadão fale pelo menos duas línguas estrangeiras, além dos programas de intercâmbio intracomunitário⁴. Essa configuração é um forte indício de que diante das políticas portuguesas e brasileiras para promoção do português, a Europa se tornou o espaço de promoção da variante europeia, enquanto que a América Latina, o espaço de promoção da variante brasileira.

MAPA: Institutos, centros de cultura e leitorados portugueses e brasileiros pelo mundo (2010)



Elaborado pelo autor a partir de dados do Departamento Cultural do Itamaraty e do Instituto Camões, 2010.

De acordo com Leonardo Lott (2009), apesar do baixo orçamento do Departamento Cultural do MRE, de vinte milhões de reais,

⁴ Para saber mais sobre a política multilingüística da União Europeia leia Silva (2009, p. 1074-1083).

que passarão a quarenta milhões em 2010⁵, o Brasil tem feito o possível dentro de sua missão que é buscar os melhores benefícios econômicos da língua portuguesa. Ele afirmou que a próxima meta é fazer do português, língua oficial de organizações internacionais. Por isso, desde já, para utilizar a língua portuguesa na Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o governo brasileiro irá custear a tradução para as línguas oficiais dessas instituições. Lott (2009) garantiu ainda que a pedido do presidente Lula, 70% do orçamento do Departamento Cultural do MRE, ou seja para a difusão da língua e cultura brasileira no exterior, deve ser investido nas relações internacionais prioritárias do Brasil hoje, que são nessa ordem: a América do Sul, América Latina, África e países em desenvolvimento. Passemos agora a apresentação do último ator.

5. *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*

Sete anos depois da primeira reunião de países lusófonos em torno da língua, em 1989, seguindo como exemplo a Organização Internacional da Francofonia criada em 1970⁶, os Chefes de Estado e Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe reunidos no dia 17 de julho de 1996, em Lisboa, fundaram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Nesse encontro, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países assinaram a *Declaração Constitutiva* da CPLP, que deixava claro os objetivos da organização em três pilares: a) a concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; b) a coopera-

⁵ Leonardo Lott (2009) afirma ainda que o orçamento atual do Instituto Camões é de trinta e nove milhões de euros e que o da Aliança Francesa alcança um bilhão de euros.

⁶ Criada em 1970, após o processo de descolonização, a Organização Internacional da Francofonia (OIF) composta por 55 países membros tinha como parâmetro a *Commonwealth* Britânica, criada em 1931, e sua intenção além da simples união de países com passados coloniais comuns é a promoção da língua francesa pelo mundo e mesmo uma defesa frente ao crescimento da importância política da língua inglesa.

ção em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; c) a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

De acordo com o Estatuto da Comunidade (art.1º e 6º), a CPLP é “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros” e tem como princípios norteadores: a) igualdade soberana dos Estados membros; b) não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; c) respeito pela sua identidade nacional; d) reciprocidade de tratamento; e) primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social; f) respeito pela sua integridade territorial; g) promoção do desenvolvimento e h) promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

A organização tem duas categorias de participação: membros e observadores. Somente pode ser membro da organização, Estado-nação que tenha a língua portuguesa como oficial. Já a categoria de observador se divide entre observador associado e observador consultivo. Podem ser candidatos a observador associado: estados, organizações internacionais, universais ou regionais, organismos intergovernamentais e entidades territoriais dotadas de órgãos de administração autônomos que partilhem os respectivos princípios orientadores e objetivos da CPLP (art. 7º). Entre os observadores associados estão, com a data de admissão: Guiné-Equatorial (2006), Maurício (2006) e Senegal (2008). Já a categoria de observador consultivo, criada em 2005 pode ser atribuída às organizações da sociedade civil interessadas nos objetivos prosseguidos pela CPLP. Hoje, a CPLP conta com 46 observadores consultivos, entre associações, universidade e fundações privadas.

Na época das negociações para a fundação da CPLP, Fernando Mourão (1995, p. 165) citando Celso Amorim, disse que “o bom conhecimento linguístico permitirá, ademais, o incremento do intercâmbio comercial e científico entre os países lusófalantes. Este é, a propósito, um dos objetivos fulcrais da formação da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa”. A língua portuguesa foi vista como meio de união e aperfeiçoamento das relações internacionais en-

tre os países para assim melhor enfrentarem a globalização que se anunciava. Os países lusófonos sabiam que o inglês estava assumindo um papel hegemônico e que o melhor caminho para resistirem a onda globalizante era unidos em prol do português. Afinal, o português para os africanos já era visto como uma língua de afirmação de suas culturas, pois os diferenciava das nações africanas ao redor, falantes de inglês e francês, além é claro de ser elemento unificador e constituidor de uma nacionalidade, de uma identidade, unindo diversas etnias em um Estado-nação forjado a partir do colonialismo.

A língua em comum seria o importante elemento responsável por aproximar e unir países tão distantes, de culturas diferentes para cooperação também na área econômica, mas principalmente na educacional e cultural. Mourão (1995, p. 163) afirma ainda que “o uso do português em diferentes regiões do planeta surge como um elemento unificador das posições de cada Estado lusofalante nas suas inserções, não excludentes, em outros espaços regionais”. Ou seja, o Brasil seria porta de entrada de Portugal e dos países africanos na América Latina, assim como os africanos lusófonos seriam para o Brasil e Portugal na África e Portugal porta de entrada para Brasil e os africanos na União Europeia. Ele completou ainda que “a língua tem o papel de liame ao aproximar culturas, algumas de natureza tridimensional, como é o caso da cultura brasileira, e ao dar substancialidade a espaços localizados em três continentes, para não falar de presenças históricas” (MOURÃO, 1995, p. 165).

Para isso, a CPLP introduziu na história um novo conceito, a lusofonia, que reuniria diferentes culturas e etnias a partir de algo compartilhado por todos: a língua portuguesa. Mais que um aspecto comum, a lusofonia nasceu reivindicando um sentimento, uma memória constituída comumente a partir de uma história colonial de apropriação, mas também de formação de nações, de nacionalismos e de identidades⁷. A lusofonia aproximaria povos distantes, tornando-os irmãos pela história e pela intimidade que é falar a mesma língua. Segundo Enilde Faulstich (2001, p. 118), a lusofonia é aquilo que “(...) localiza em todos os portos tocados pelos portugueses, nos

⁷ O conceito de Lusofonia tem-se mostrado polêmico e despertado calorosas manifestações a favor (CRISTÓVÃO, 2008; PINTO, 2009) e contrárias (MARGARIDO, 2000).

quais a língua foi disseminada, como espaço de lusofonia. Nesses, os sujeitos são identitários de uma cultura ibérica que, em maior ou menor grau, formou a cidadania do Estado-nação”.

Nessa virada de milênio a CPLP ganhou um novo membro: o Timor Leste. Esse país tinha proclamado sua independência em 1975, à época dos países africanos, mas foi no mesmo ano invadido pela Indonésia, que proibiu e coibiu o uso do português. Esse por fim tornou-se língua de resistência à invasão. Em 1999, a ONU elaborou um referendo, em que 75% dos timorenses decidiram pela independência, dessa vez da Indonésia. Assim, o Timor Leste, após ocupação dos capacetes azuis da ONU, aderiu a CPLP e a própria ONU em 2002 e fez do português e do idioma nacional, o tetum, suas duas línguas oficiais. A CPLP ganhou, assim, uma porta de entrada às nações da Ásia, fundamental para as suas políticas de valorização da língua portuguesa. Pela primeira vez, o português era língua oficial em oito países de quatro continentes, sendo esse último membro, o Timor Leste na fronteira com a Oceania, atualmente, o único continente sem países de língua portuguesa⁸.

Entre as ações para promover a língua portuguesa pelo mundo global nesta última década, a CPLP promoveu: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde (1999-2005); do Portal da CPLP (2008); o lançamento do edital Doc-TV (2008-2009) para financiar documentários nos países lusófonos; a entrada em vigor do acordo ortográfico (2009); a petição para que o português se torne língua oficial das Nações Unidas; a instituição do dia cinco de maio como dia da língua portuguesa e da cultura na CPLP (2009) e a recente proposta de instituir no Rio de Janeiro um centro de estudos do patrimônio. Tais medidas estão limitadas sempre ao orçamento da organização, que, no entanto exercer um papel fundamental na coordenação, convergência ou mesmo espaço de discussão das políticas de seus membros.

Como podemos perceber, as ações da CPLP são bastante modestas se comparadas com as portuguesas e com as brasileiras, sobretudo àquelas do governo Lula.

⁸ Em 2007, a Guiné Equatorial tornou-se o nono país de línguas oficial portuguesa, numa tentativa de aproximação e integração futura à CPLP.

A história da promoção e difusão da língua portuguesa é marcada por diversos confrontos em relação aos atores e ao processo. O primeiro deles entre Brasil e Portugal, centrado no aspecto colonial. Tal divergência provocou muitos embates, seja na implantação dos (des)acordos ortográficos, seja na disputa pela liderança por todo o processo de difusão da língua portuguesa, em de um lado estaria o líder histórico, lugar de origem da língua e de outro o líder natural, maior país demograficamente, economicamente e territorialmente de língua oficial portuguesa.

O segundo confronto gira em torno da ainda recente colonização dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Portugal foi o primeiro país europeu a colonizar a África, em 1415, com a tomada de Ceuta, e o último a deixá-la em 1975, com a independência de Angola. Para justificar suas possessões, enquanto todo o continente conquistava a independência os portugueses lançaram mão de um aparato ideológico, como o luso-tropicalismo, que deixou marcas profundas na memória dos povos dos PALOP.

O terceiro confronto advém dos interesses por detrás de uma política cultural. Os países de língua portuguesa alegam que a difusão do português é uma forma de tornar o mundo menos homogêneo e com poder mais disperso. Contudo, ignoram os resultados negativos de políticas semelhantes a essas no passado, principalmente durante o colonialismo e o imperialismo europeu.

Os confrontos em questão mostram que mesmo no mundo globalizado, cuja característica principal é a integração dos países e formação de blocos, permanece na memória dos lusofalantes em menor ou maior grau a dicotomia entre ex-metrópole e ex-colônias e entre a superpotência (Estados Unidos) e periferia, impregnada de aspectos ideológicos.

Contudo, atualmente percebemos uma tentativa de convergência na atuação para concretizar algumas políticas. Dessa forma, os conflitos parecem menos evidentes. Prova disso é o Plano de Ação de Brasília, adotado da VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP em Luanda em julho de 2010. Pela primeira vez os países elaboraram um plano de ação para a ampliação da presença do português no mundo. Esse plano tem como metas: a implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; o

ensino da língua portuguesa no espaço da CPLP; o fortalecimento do ensino de português como língua estrangeira (PLE); a efetiva implantação do acordo ortográfico de 1990; a difusão pública da língua portuguesa e o ensino de português nas diásporas.

Observando os noticiários e jornais, podemos perceber que esse é um processo em pleno curso, que vem ganhando cada vez mais espaço nas agendas governamentais e na mídia. Resta a nós construirmos essa história, mas sem esquecer o passado, o contexto e os interesses por detrás dessas políticas.

Para finalizar o artigo elaboramos o quadro abaixo, que, como dissemos no início, resume cronologicamente os fatos da temática estudada. Essa é uma tentativa de tornar a análise menos complexa, devido a pluralidade de atores históricos no processo e consequentemente o entrelaçamento de suas políticas.

**Quadro cronológico da difusão da língua portuguesa
no exterior como diplomacia cultural**

Ano	Marco
1883	Fundação da Aliança Francesa para difundir o francês pelo mundo.
1907	A Academia Brasileira de Letras (ABL) aceita a proposta ortográfica de José Medeiros e Albuquerque, baseada na do português Gonçalves Viana (1904).
1910	Proclamação da República em Portugal.
1911	Primeira padronização da grafia em Portugal.
1911	A ABL revisa a ortografia de 1907.
1921	Criação do primeiro leitorado português, na Universidade de Rennes (França).
1925	Criação do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual na Liga das Nações. Organização precursora da Unesco.
1929	Criação no Ministério da Instrução Pública de Portugal, da Junta de Educação Nacional, responsável pelo intercâmbio cultural e expansão da cultura portuguesa.
1930	Revolução de 1930 no Brasil. Getúlio Vargas assume o poder.
1931	Primeiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1933	Início do Estado Novo em Portugal. António Salazar assume o poder.
1936	A Junta da Educação Nacional transforma-se em Instituto para a Alta Cultura.
1937	Início do Estado Novo no Brasil.
1937	Criação do Serviço de Cooperação Intelectual no Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) na gestão de Pimentel Brandão.
1938	Criação da Divisão de Cooperação Intelectual no MRE, na gestão Oswaldo Aranha.
1940	Fundação do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro em Montevidéu.

	Primeiro centro cultural brasileiro no exterior.
1943	Segundo Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1945	Fim do Estado Novo no Brasil.
1945	A constituinte de 1945 adota a denominação de língua portuguesa e não de língua brasileira à língua falada no Brasil.
1952	O Instituto para a Alta Cultura é renomeado para Instituto de Alta Cultura (Portugal).
1955	Juscelino Kubitschek adota o Acordo Ortográfico de 1943.
1965	Criação do primeiro leitorado brasileiro, na Universidade de Toulouse (França).
1971	Terceiro Acordo Ortográfico entre Portugal e Brasil.
1974	Revolução dos Cravos e fim do Estado Novo em Portugal.
1974/ 1975	Independência das colônias portuguesas na África, que decidem adotar a língua portuguesa como oficial.
1976	O Instituto de Alta Cultura é renomeado para Instituto de Cultura Portuguesa e passa à tutela da Secretaria de Estado da Cultura.
1979/ 1980	Jacques Rigaud publica relatório sobre a necessidade de introduzir o multiculturalismo na diplomacia cultural francesa.
1980	O Instituto de Cultura Portuguesa passa a chamar-se Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP) e volta à tutela do Ministério da Educação.
1989	Reunião dos países de língua oficial portuguesa em São Luís (MA).
1990	Acordo Ortográfico entre Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.
1992	O Instituto de Cultura e Língua Portuguesa transforma-se em Instituto Camões.
1994	O Instituto Camões é transferido do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.
1994- 1995	O governo brasileiro cria o exame de proficiência em português brasileiro: Celpe-Bras.
1995- 2001	O governo de Fernando Henrique Cardoso privatiza diversos Centros de Estudos Brasileiros.
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (C-PLP).
1998	Aplicação da primeira prova do Celpe-Bras.
1998	Primeiro Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico para garantir a entrada em vigor do acordo após a ratificação desse protocolo por apenas três países.
1999	Criação pelo governo português do Centro de Avaliação de Português Língua Estrangeira (CAPLE), responsável pelo exame de proficiência em português europeu.
1999	Fundação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde.
2002	Restauração da independência de Timor Leste, com a adoção do português como uma de suas duas línguas oficiais. Torna-se o oitavo país de língua oficial portuguesa.
2003- 2010	O governo Lula reestrutura e amplia a rede de ensino de português no exterior, composta pelos leitorados, pelos Centros Culturais Brasileiros e pelos Institutos Culturais.

2003	Criação da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa no Departamento Cultural do MRE, na gestão de Celso Amorim (Governo Lula).
2004-2007	Criação da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP) pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC).
2004	Proposta de criação do Instituto Machado de Assis no MEC.
2004	Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico de 1990, para autorizar a adesão do Timor Leste.
2005	Reestruturação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) em Cabo Verde.
2006	Criação do Dia Nacional da Língua Portuguesa no Brasil: 05 de novembro.
2006	Guiné Equatorial e Maurício são aceitos como observadores associados da CPLP.
2006	Inauguração do Museu da Língua Portuguesa na Estação da Luz, em São Paulo (SP), Brasil.
2007	Guiné-Equatorial adota o português como sua terceira língua oficial, ao lado do espanhol e do francês. É o nono país de língua oficial portuguesa.
2007/2010	O Uruguai torna obrigatório o ensino de português como língua estrangeira.
2008	Criação do Portal de Internet da CPLP.
2008	Senegal é aceito como observador associado da CPLP.
2008	Criação do Fundo da Língua Portuguesa por Portugal.
2009	Criação do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP: 05 de maio.
2009	O governo de Zâmbia anuncia a adoção da língua portuguesa como estrangeira no seu ensino básico.
2009	Entrada em vigor do quarto Acordo Ortográfico, após a ratificação por Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe dos protocolos modificativos.
2009	A Comunidade Autónoma de Extremadura (Espanha) adota o ensino de português no seu sistema de ensino.
2009/2010	Argentina e Venezuela tornam obrigatória a oferta de português como língua estrangeira nos estabelecimentos de ensino.
2009/2010	Fundação da UNILAB (Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira) em Redenção (CE), Brasil.
2010	Adoção pela CPLP do Plano de Ação de Brasília para promoção e difusão da língua portuguesa.
2010	Inauguração da TV Brasil Internacional, semelhante a NHK (Japão), BBC (Reino Unido) e TV Cinq (França).
2010/2011	O governo do Congo anunciou a adoção da língua portuguesa como estrangeira no seu sistema de ensino.
2010	Nova reestruturação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (I-ILP).

Elaborado pelo autor a partir da bibliografia consultada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVET, Louis-Jean. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Parábola, 2007.

CASTRO, Flávio M. de Oliveira. *Itamaraty: dois séculos de história*. Vol. 1 (1808-1979). Brasília: Funag, 2009.

_____; CASTRO, Francisco M. de Oliveira. *Itamaraty: dois séculos de história*. Vol. 2 (1979-2008). Brasília: Funag, 2009.

CRISTÓVÃO, Fernando. *Da lusitanidade à lusofonia*. Coimbra: Almedina, 2008.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. *Declaração Constitutiva, I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP*, 1996. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=157>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

FAULSTICH, Enilde. CPLP: um lugar de falas múltiplas. In: SARAIVA, José Flávio Sombra. (Org.). *CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relação Internacionais/UnB, 2001.

LOTT, Leonardo. A política de promoção da língua portuguesa implementada pelo Departamento Cultural do Itamaraty: realidade e desafios. In: *III Encontro Nacional sobre Políticas de Língua(s) e Ensino*. Brasília: ALAB, 2009.

INSTITUTO CAMÕES. Da Junta de Educação Nacional ao Instituto Camões – 80 anos de história em exposição. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/noticias-ic-portugal/da-junta-de-educacao-nacional-ao-instituto-camoes-80-anos-de-historia-em-exposicao.html>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

MARGARIDO, Alfredo. *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a base linguística e a material. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Vol. 9, nº 1, 1995.

MRE. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acesso em: 19 jun. 2010.

PINHO, Lilian Cristina Nascimento. *Correspondência eletrônica recebida em 08 jun. 2010*. Divisão de Promoção da Língua Portuguesa, Departamento Cultural do Itamaraty, 2010.

PINTO, José Filipe. *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio, 2009.

RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: IPRI, 1989.

SILVA, Diego Barbosa da. A língua nacional como afirmação da cultura nacional no exterior: o caso da francofonia. In: V Congresso de Letras da UERJ – São Gonçalo. *Anais do V Congresso de Letras da UERJ – São Gonçalo*. Rio de Janeiro: Botelho, 2008.

_____. Por uma política linguística da União Europeia? A questão do multilinguismo. In: *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, número 4 – Anais do XIII Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Rio de Janeiro: Cifefil, 2009, p. 1074-1083.